

INTERNACIONAL



A seção Internacional trata da vitória do Psoe nas eleições parlamentares da Espanha, da convocação de um plebiscito para abril de 2020 sobre a Constituição do país pelo presidente do Chile, o conservador Sebastián Piñera, e dos desdobramentos do golpe na Bolívia.

Psoe vence novamente na Espanha

O Partido Socialista dos Trabalhadores da Espanha (Psoe), presidido por Pedro Sánchez, foi novamente o mais votado nas eleições parlamentares do dia 10 de novembro, conquistando 120 cadeiras das 350 em disputa, porém, três a menos que na eleição passada. O conservador Partido Popular (PP) obteve 88 lugares, 22 a mais do que na última votação. O Vox, de extrema-direita, que havia ingressado pela primeira vez no Parlamento em abril deste ano, se tornou a terceira força, com 52 cadeiras. Em quarto lugar está o Unidas Podemos (UP), de esquerda, com 35 cadeiras, sete a menos, e o Ciudadanos saiu-se mal ao perder 47 cadeiras em comparação com a eleição de abril, o que beneficiou o PP e o Vox.

Foi a quarta eleição nos últimos quatro anos na Espanha, sendo duas neste ano. A primeira delas ocorreu em 28 de abril, após Sánchez dissolver o Parlamento por causa da derrota sofrida por seu plano orçamentário para 2019, quando o Psoe conquistou a maior parte das cadeiras em disputa, 123. Entre-

tanto, falhou em construir alianças para formar um governo, sobretudo com o Unidas Podemos, o segundo maior partido da esquerda no país.

Os parlamentares espanhóis estavam acostumados com um bipartidarismo de fato, a partir do PP e do Psoe, que se revezavam no governo desde a redemocratização do país, quando muito fazendo acordos com partidos regionais para assegurar a maioria de 176 cadeiras para governar. A fundação do Podemos e do Ciudadanos, em 2014, e os resultados eleitorais que obtiveram posteriormente geraram um parlamento mais fragmentado, o que obriga os partidos maiores a um novo mecanismo de negociações e composições, como as que ocorrem rotineiramente em outros governos europeus.

Esta constatação, o comparecimento menor do eleitorado em comparação com a eleição de abril e a pequena diferença entre a direita e a esquerda, ainda mais com o Vox se tornando a terceira força, foi um dos motivos para que apenas 48 horas depois das eleições o PSOE e o UP anunciassem

uma aliança para governar por meio de um acordo semelhante ao que foi rechaçado pelo Psoe há alguns meses. Entretanto para formar a maioria ainda são necessárias 21 cadeiras, que deverão ser negociadas com partidos menores, como o Mais País e alguns regionais, para que apoiem a formação de um novo governo ou ao menos se abstenham na votação de sua aprovação pelo parlamento.

Piñera convoca plebiscito no Chile

O presidente do Chile, o conservador Sebastián Piñera, convocou um plebiscito para abril de 2020 sobre a Constituição do país. Nele a população poderá escolher se quer uma nova Carta e se ela deverá ser formulada por meio de uma Assembleia Constituinte ou de uma Assembleia Mista, a qual seria formada por parlamentares e por cidadãos eleitos.

Uma nova Constituição se tornou a principal reivindicação dos protestos que tomaram as ruas chilenas desde a primeira quinzena de outubro. O que começou como uma manifestação contrária ao aumento da passagem de metrô no horário de pico em Santiago tornou-se um impulso popular para mudar a Constituição que está em vigor desde a ditadura de Augusto Pinochet (1974-1990) e que impõe a privatização de serviços básicos como educação, saúde, água, eletricidade e previdência social, entre outros.

A primeira resposta do governo aos protestos foi a utilização da violência das Forças Armadas, que não eram convocadas para este fim desde a redemocratização. Mais de vinte pessoas morreram e milhares ficaram feridas, entre elas duzentas tiveram sérios ferimentos nos olhos provocadas por balas de borracha. Há também denúncias de torturas e estupros. Por isso, Piñera se tornou réu por crimes cometidos contra a humanidade.

A repressão não adiantou, nem mesmo os recuos do governo no preço da passagem e os anúncios de reformas com cunho social. Piñera trocou seu ministério e tentou comandar a construção de uma nova Constituição sob seu controle por meio do Parlamento e, novamente, teve que recuar e convocar o plebiscito. Além disso, admitiu pela primeira vez em mais de um mês de protestos que houve

uso excessivo de força por parte do aparato militar e policial.

A convocação do plebiscito foi resultado de uma negociação entre os partidos que apoiam o governo e alguns da oposição. Embora a discussão sobre qualquer tema seja admissível, se a constituinte for aprovada há uma armadilha que limita a possibilidade da nova Carta para resolver os problemas que provocaram os protestos, pois certas propostas, não se sabe ainda quais, deverão obter o voto favorável de dois terços dos constituintes para serem aceitas.

A Frente Social que envolve a CUT e várias organizações sindicais, outras organizações sociais e algumas ONGs discordou da formulação do acordo, que não consultou ninguém fora do âmbito do governo e do Parlamento e, por sua vez, manteve as mobilizações continuamente reprimidas com violência pela polícia e Exército.

Desdobramentos do golpe na Bolívia

O anúncio feito pelo presidente Evo Morales de realização de uma nova eleição e nomeação de novos integrantes do Tribunal Superior Eleitoral não foi suficiente para acalmar a direita boliviana, pois esta queria afastá-lo da presidência a qualquer custo e por qualquer meio. Em 10 de novembro, Evo foi pressionado pelo chefe das Forças Armadas do país a renunciar à Presidência, e ele, acompanhado pelo vice-presidente, Álvaro Liñera, assim o fizeram. Após um périplo até Cochabamba, partiram para o exílio no México alguns dias depois.

Como os presidentes do Senado e da Câmara também renunciaram, a ordem sucessória prevista na Constituição ficou acéfala. No entanto, a vice-presidenta do Senado, Jeanine Añez, se autoproclamou presidente interina, sem sequer ter alcançado quórum na sessão e, conseqüentemente, sem respaldo dos legisladores cuja maioria é do MAS-IPSP, o partido do presidente.

Diante desse quadro, a iniciativa das mobilizações contra o golpe de Estado perpetrado pela direita e respaldado por altos oficiais do Exército mudou para a esquerda, questionando a legitimidade do autoproclamado governo e exigindo o retorno de

Evo. Estas mobilizações estão sendo reprimidas com extrema violência e nove integrantes de uma marcha de cocaleros do Chapare em direção a Cochabamba foram assassinados a tiros quando tentavam romper uma barreira policial. Ao todo foram contabilizados 23 mortos e centenas de feridos e presos desde o início dos protestos após as eleições realizadas no dia 20 de outubro.

Nesse meio tempo, representantes da Organização das Nações Unidas e da Igreja Católica estão tentando estabelecer um fórum de negociações para acordar a normalização da situação na Bolívia, que passa também por situações de desabasteci-

mento em várias cidades devido aos bloqueios de estradas pelos apoiadores do presidente Evo, que, aliás, independentemente das polêmicas sobre o processo eleitoral, ainda tinha dois meses de mandato pela frente.

Ao mesmo tempo, embora os golpistas contem com apoio da polícia e da cúpula das Forças Armadas, muitos militares de patente mais baixas manifestaram apoio a Evo. Embora a Constituição preveja eleições em até noventa dias após a vacância da Presidência, os golpistas não anunciaram nada nesse sentido, e as mobilizações prosseguem.